



Revista Brasileira de História da Educação

ISSN: 1519-5902

ISSN: 2238-0094

Sociedade Brasileira de História da Educação

Silva, Ivanilson Bezerra da; Bontempi Júnior, Bruno
Elite maçônica e as escolas da Loja Sete de Setembro na
revista A Maçonaria no Estado de São Paulo (1912-1932)
Revista Brasileira de História da Educação, vol. 18, e039, 2018
Sociedade Brasileira de História da Educação

DOI: 10.4025/rbhe.v18.2018.e039

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=576162063025>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UAEM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

ELITE MAÇÔNICA E AS ESCOLAS DA LOJA SETE DE SETEMBRO NA REVISTA *A MAÇONARIA NO ESTADO DE SÃO PAULO* (1912-1932)

MASONIC ELITE AND THE SCHOOLS OF THE LODGE SETE DE SETEMBRO IN THE MAGAZINE *A MAÇONARIA NO ESTADO DE SÃO PAULO* (1912-1932)

ELITE MASÓNICA Y LAS ESCUELAS DE LA TIENDA SETE DE SETEMBRO EN LA REVISTA *A MAÇONARIA NO ESTADO DE SÃO PAULO* (1912-1932).

Ivanilson Bezerra da Silva^{1*}, Bruno Bontempi Júnior²

¹Universidade Brasil, Faculdade de Sorocaba, Sorocaba, SP, Brasil. ²Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. *Autor para correspondência: ivanilson.silva@universidadebrasil.edu.br

Resumo: Este artigo explora o caráter elitista da maçonaria, enfatizando o lugar da educação em seu ideário e prática como uma estratégia de distinção social e acumulação de capital de uso interno. Tomando como categoria de análise a noção de elite, elabora uma prosopografia de expoentes maçons entre 1912 e 1932, apontando a natureza e o volume dos capitais que perfazem um perfil comum, e examina, à luz da sociologia de Bourdieu, a proposta e a experiência das escolas da Loja Sete de Setembro, destinadas às crianças pobres, filhos de operários e estrangeiros. Os dados biográficos e as informações sobre a escola provêm da publicação *A Maçonaria no Estado de São Paulo* (1912-1932). Conclui-se que nas mais altas posições na hierarquia maçônica encontram-se detentores de significativos capitais econômicos, sociais, políticos, indicando haver homologia e reconversões entre os campos; que o empenho na instrução das classes subalternas respondia a exigências filantrópicas do grupo, revertendo em prestígio e distinção para promotores individuais e para a própria maçonaria.

Palavras-chave: elite; maçonaria, educação, *A Maçonaria no Estado de São Paulo*, Loja Sete de Setembro.

Abstract: This article explores the elitist character of Freemasonry, emphasizing the place of education in its ideology and practice as a strategy of social distinction and accumulation of capital for internal use. Taking as a category of analysis the notion of elite, it elaborates a prosopography of Freemason exponents between 1912 and 1932, pointing out the nature and volume of capitals that make up a common profile, and examines, in the light of Bourdieu's sociology, the proposal and experience of the schools of the Lodge Sete de Setembro, destined to the poor children, children of workers and foreigners. The biographical data and the information about the school comes from the publication *A Maçonaria no Estado de São Paulo* (1912-1932). It is concluded that the highest positions in the Masonic hierarchy are occupied by holders of significant economic, social and political capitals, indicating homology and reconversions among the fields; that the commitment to the instruction of the subaltern classes responded to philanthropic requirements of the group, reverting in prestige and distinction to individual promoters and to Freemasonry itself.

Keywords: elite, freemasonry, education, *A Maçonaria no Estado de São Paulo*, Lodge Sete de Setembro.

Resumen: Este artículo explora el carácter elitista de la masonería, enfatizando el lugar de la educación en su ideario y práctica como una estrategia de distinción social y acumulación de capital de uso interno. Tomando como categoría de análisis la noción de elite, elabora una prosopografía de exponentes masones entre 1912 y 1932, señalando la naturaleza y el volumen de los capitales que constituyen un perfil común, y examina, a la luz de la sociología de Bourdieu, la propuesta y la experiencia de las escuelas de la Tienda Sete de Setembro, destinadas a los niños pobres, hijos de obreros y extranjeros. Los datos biográficos y las informaciones sobre la escuela provienen de la publicación *A Maçonaria no Estado de São Paulo* (1912-1932). Se concluye que en las más altas posiciones en la jerarquía masónica se encuentran poseedores de significativos capitales económicos, sociales, políticos, indicando haber homología y reconversiones entre los campos; que el empeño en la instrucción de las clases subalternas respondía a exigencias filantrópicas del grupo, revirtiendo en prestigio y distinción para promotores individuales y para la propia masonería.

Palabras clave: elite, masonería, educación, *A Maçonaria no Estado de São Paulo*, Tienda Sete de Setembro.

INTRODUÇÃO

Na bibliografia sobre a maçonaria no Brasil, o conceito de 'elite' comparece de modo genérico e joga papel secundário em análises, como as de Colussi (1999) e Magalhães (2013). Magalhães (2013), por exemplo, qualifica a entidade com expressões como 'elite ilustrada', 'elite intelectual' e 'elite econômica'; Colussi (1999), por sua vez, relaciona-a à 'elite intelectual e política' gaúcha. Para ambos, as lojas constituem um espaço de sociabilidade destinado às elites político-econômicas e intelectuais, mas, por opção metodológica, não procedem à construção do perfil sociológico desse agrupamento, de modo a defini-lo em suas peculiaridades. Amaral (2016) é um dos poucos a construir uma biografia coletiva dos veneráveis mestres da maçonaria paranaense, mostrando a importância do método prosopográfico para a compreensão da dinâmica de um grupo social, tanto quanto a lacuna de estudos biográficos exaustivos sobre a maçonaria no Brasil.

Todavia, a consideração do caráter de elite da maçonaria e a consequente utilização dessa categoria em análises de sua composição, organização e ações sociais podem contribuir significativamente para a revelação de novos aspectos e para a revisão e complementação do conhecimento sobre essa entidade à luz da sociologia e da história, neste caso, nos domínios da educação e da cultura. Este artigo parte da hipótese de que a maçonaria é um grupo de elite, não apenas pelo fato de as lojas maçônicas serem, desde sua inserção na sociedade brasileira, predominantemente constituídas por uma minoria masculina, escolarizada e remediada da população, mas pelo fato de esse grupo se entender como elite e se empenhar em produzir representações que revelem sua condição perante a sociedade. A maçonaria guarda especificidades no que tange às propriedades que valoriza e possui seu próprio senso de distinção, observável em ritos, eventos e vestuário, na mutualidade, na hierarquia e nas instituições, na sociabilidade, no linguajar e na guarda de segredos que se fundam na distinção entre iniciados e não iniciados (Beaurepaire, 1998; Gunn, 1999; Urban, 2001; Esquivel, 2016). Sua projeção para a sociedade inclusiva se faz mediante o poder de reconverter suas propriedades distintivas para campos conexos, em que outras formas de capital estão em jogo - o que têm sido demonstrado, por exemplo, nos estudos de história política (Morel & Souza, 2008). Como elite, a maçonaria mantém um estilo de vida com que comunica uma identidade geradora e reveladora de sua diferença diante de outros grupos, um *habitus* que se apresenta à vida societária como preferência de gosto, práticas e estilos de vida (Bourdieu, 2007).

No que tange à história da educação brasileira, à luz dessa proposição é possível acrescentar conhecimento novo à literatura sobre as ações educativas da maçonaria no campo da instrução, notadamente no que diz respeito ao movimento de criação e desenvolvimento de instituições de caráter escolar e assistencial em São

Paulo nos anos iniciais da República, período que se caracteriza justamente pelo empenho e propaganda do poder público e de diversos setores sociais nas causas da expansão da cobertura escolar e da modernização das instituições e métodos de ensino (Souza, 1998). Os trabalhos que investigam a proposta educacional da maçonaria comumente o fazem da perspectiva das relações capital/trabalho, dos ideais filantrópicos e republicanos, como estratégia de combate anticlerical e, ainda, como forma de inserção das camadas populares na educação, afirmando que ela teria organizado e administrado escolas (Moraes, 1990; Barata, 1999; Magalhães, 2013). Barata (1999) aponta como objetivo da maçonaria formar uma rede escolar, destinada tanto aos maçons quanto às camadas populares, e sugere a existência entre seus membros de adeptos dos princípios socialistas, que defendiam o incentivo à formação de associações operárias e a ampliação de escolas para o operariado como meios de harmonizar o conflito entre o capital e o trabalho. Moraes (1990) acentua que os maçons convergiam com os ideais republicanos de progresso por meio do trabalho e do conhecimento, respondendo com sua proposta educacional à demanda de mão de obra qualificada no quadro da inserção do país em uma nova fase do capitalismo internacional.

O contributo principal deste artigo consiste em caracterizar a maçonaria como elite, mediante análise de dados sociográficos, a fim de verificar a hipótese de que suas iniciativas beneméritas no campo da instrução revelam o empenho individual e coletivo de produzir signos distintivos de papel fundamental em uma economia de trocas simbólicas (Bourdieu, 1992), seja nas lutas posicionais internas ao campo maçônico, seja na acumulação de capitais para a reconversão em outros campos sociais. Desse modo, a disposição e a condição da maçonaria de prover os mais necessitados de instrução seriam representadas, em veículos de divulgação como *A Maçonaria no Estado de São Paulo*, como símbolos conspícuos de sua superioridade intelectual e moral diante de outros grupos sociais, assim como capital de alto valor nessa irmandade, em cuja constituição a benemerência 'desinteressada' é ato compulsório.

A fim de sustentar teórica e empiricamente esta proposição, o presente artigo se organiza e desenvolve em três seções: na primeira, discutem-se teórica e historicamente o surgimento e os usos da noção de elite nas ciências sociais e na história, bem como sua aplicação à especialidade história da educação; na segunda seção, analisam-se os dados prosopográficos que caracterizariam a elite maçônica em suas relações com setores de elite da sociedade paulista; na terceira, abordam-se as iniciativas educacionais da Loja Sete de Setembro, destacando-se, dos textos de *A maçonaria no Estado de São Paulo*, os elementos que sustentam a hipótese.

Em termos metodológicos, o artigo apoiou-se no uso de questionário biográfico, baseado e adaptado do modelo elaborado por Nicoloso (2013) e centrado na atenção aos agentes sociais que ocupavam as melhores posições no campo maçônico. Foi utilizado o método posicional (Mills, 1956), a fim de se analisar o

perfil de 38 maçons, selecionados com base em *A Maçonaria no Estado de São Paulo* e com o apoio de outras fontes, tais como *A Maçonaria no Centenário* (1922), *Livro do Senado de São Paulo* (1891-1930), *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República* (1889-1930). As perguntas levaram em consideração o ano de iniciação na maçonaria, o grau alcançado, a profissão, o cargo maçônico e a atuação política de cada agente. Os dados biográficos, organizados segundo variáveis quantitativas nominais, relativas à escolaridade, à ocupação, aos cargos maçônicos e aos cargos políticos compuseram quadros prosopográficos em que se descrevem as propriedades dos sujeitos, a fim de compreender-se a dinâmica do 'campo maçônico'.

Com relação à fonte principal, a revista *A Maçonaria no Estado de São Paulo* (1909 a 1932)¹ tinha como editor Antonio Giusti² e, como redator, Angelo Giusti³, seu filho. Segundo os redatores, era uma revista ilustrada e de propaganda que, sob os auspícios do Grande Oriente de São Paulo, mantinha 12 publicações por ano e se distribuía mediante assinaturas. A revista teve farta publicação no início do século XX, circulando em lojas maçônicas e, provavelmente, em espaços não maçônicos. A respeito das revistas ilustradas, Fraga (2013) informa que o gênero teve início na Europa no século XIX, chegando ao Brasil em fins dos Oitocentos e tendo como característica a presença de charges (e mais tarde, de fotografias) a acompanhar os textos verbais. Além disso, as revistas ilustradas tinham “[...] o mérito de condensar, numa só publicação, uma gama diferenciada de informações, sinalizadoras de tantas inovações propostas pelos novos tempos” (Martins, 2008, p. 40). Ainda segundo Martins (2008), elas tinham custo baixo, configuração leve, leitura entremeada de imagens, distinguindo-se tanto do livro, objeto sacralizado, dispendioso e ao alcance de poucos, como do jornal diário, justamente por sua visualidade mais agradável e atraente.

No caso de *A Maçonaria no Estado de São Paulo*, voltada sobretudo a um público de iniciados, o recurso ao gênero ilustrado parece não ter tido como principal objetivo a multiplicação de assinantes, uma vez que, diferentemente das mais destacadas de suas contemporâneas, não apelava a resoluções gráficas arrojadas, tampouco oferecia diversidade de assuntos e informações. Sua temática resume-se a assuntos de interesse direto dos maçons; suas imagens, em que

1 Na Biblioteca Mario de Andrade, atual depositária da revista, encontramos as edições de 1912 a 1932. O uso da revista foi feito de acordo com a portaria nº 06/2016– BMA-G I.

2 Antonio Giusti, iniciado na Loja Maçônica 7 de Setembro em 1883, participou da fundação das Lojas Roma, Itália, 1º de Maio e Garibaldi. Atuou como diretor de *A Maçonaria no Estado de São Paulo*, exerceu vários cargos na maçonaria, tais como venerável e membro da Poderosa Assembleia de São Paulo (*A Maçonaria no Estado de São Paulo*, 1928).

3 Angelo Estevam Giusti foi iniciado na Loja Roma. Formado na Faculdade de Direito de São Paulo (1915-1919), atuou como advogado e como jornalista em noticiosos paulistas (*A Maçonaria no Estado de São Paulo*, 1920).

prevalecem os retratos de suas figuras mais eminentes, denotam a expectativa dos editores de manter informada a comunidade e de propagandear à sociedade os méritos de seus sujeitos e a proficuidade de suas realizações. Como veículo de imprensa, a revista torna-se, no espaço público, um lugar estratégico de construção de um discurso sobre o social, procurando “[...] gerar uma mentalidade – uma certa maneira de ver – em seu destinatário, constituindo um público-leitor” (Bastos, 2002, p.152). No caso estudado, os editores lançaram mão dos meios mais eficazes de comunicação social a que tinham acesso para constituir ‘verdades’ sobre a maçonaria e suas ações, deixando aos historiadores do futuro a tarefa de “[...] fazer uma desmontagem do texto – da imprensa – a fim de desvelar os significados, as contradições e as diferenças de forma e de conteúdo das falas que produz” (Bastos, 2002, p.152). Isso, e não somente a ‘informação’ sobre o passado que nela está contida, faz da imprensa “[...] um instrumento privilegiado de pesquisa para a construção do conhecimento em história da educação” (Bastos, 2002, p.153).

ELITES: DEFINIÇÃO E USOS

Desde a utopia platônica, passando pela organização hierárquica da Igreja medieval e pela visão social dos *philosophes*, cultiva-se entre certos grupos a noção de que uma classe minoritária e situada na parte superior da hierarquia social teria, em virtude de sua origem, de seu culto, méritos, riqueza ou cultura, a prerrogativa de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade (Heinz, 2006). No âmbito das ciências humanas, a noção de elite surgiu em um ramo da sociologia política italiana na transição dos séculos XIX e XX, nomeadamente em torno do pensamento de Pareto (1996) e Mosca (1975), que identificam a força motriz da história em categorias sociais minoritárias, compostas por indivíduos ‘acima da média’ (Leferme-Falguières&Van Renterghem, 2000/2001). No singular, o termo aparece em Pareto (1996) como pertinente a um grupo cuja definição se fundaria sobre o exercício do poder, ou seja, ‘os indivíduos que exercem as funções dirigentes’. Estes se dividiriam, por sua vez, em duas categorias: ‘a elite governamental’, que efetivamente detém o poder, e a ‘elite não governamental’, que, sem exercê-lo, sustenta a elite governamental e lhe serve de intermediária para com a massa. Pareto (1996) e Mosca (1995) dispõem no centro de suas abordagens as relações de dominação política, sendo o exercício do poder ou a submissão à autoridade política que definem os grupos sociais.

Em oposição ao pensamento marxista, esses autores recusam-se a aceitar que o fenômeno político resulte das relações de força econômicas e postula que em todas as sociedades haverá sempre uma minoria a governar a massa. Por essa razão, como ideologia, a nascente teoria das elites se contrapôs às ideologias progressistas, ao reiterar a desigualdade fundamental entre os homens e privilegiar as explicações psicológicas dos eventos históricos. A história das elites, por sua vez, insere-se no

conjunto e no longo percurso da história social, que, tendo início na historiografia romântica europeia, atualiza-se com a anexação à história econômica dos *Annales* (Charle, 2006). Segundo Charle (2006), em função dos engajamentos políticos de algumas de suas figuras exponenciais na história social dos *Annales*, passou-se a privilegiar o estudo das classes dominadas ou das relações entre as classes fundamentais na visão marxista; a partir de meados de 1970, com a crise do comunismo e do marxismo e com o declínio da história quantitativa e estrutural, foram novamente dissociadas a história econômica e a história social, o que permitiu esta renunciar à 'totalidade' em favor de estudos focados em grupos socioprofissionais, tais como médicos, professores, operários, grevistas etc.

Abriam-se, com a ideia da diversidade de elites e a investigação dos critérios de pertença, novas perspectivas para a sociologia das profissões, que assumiu recortes mais próximos aos estudos de elite, como a revelação de hierarquias internas, a mescla de biografia social e os estudos categoriais, notadamente em pesquisas sobre engenheiros e magistrados. Em paralelo, surge uma abordagem estrutural, preocupada em desprender as características comuns aos diferentes tipos de elites. Leferme-Falguières e Van Renterghen (2000/2001) apontam como expoentes da história e sociologia das elites os trabalhos fundadores de Pierre Bourdieu, que, em busca dos discursos legitimadores ultrapassam o campo das particularidades econômicas e da ação política, para focalizarem a dimensão simbólica. Na linha dos investimentos analíticos de Norbert Elias, Bourdieu releva o interesse pelas práticas e comportamentos portadores de distinção como vestuário, hábitos alimentares, formas de sociabilidade etc. pelos quais as elites se mostram como grupos superiores à massa.

O estudo dos modos como os capitais simbólico e cultural são usados como estratégias de distinção e reprodução conduz tanto ao interesse por outros tipos de elites que não os grupos dirigentes como ao pendor para a análise textual e simbólica, em detrimento dos métodos quantitativos e da prosopografia em sentido estrito. Com efeito, a problemática da reprodução, como afirma Charle (2006), impactou os trabalhos sobre elites com a tendência de abandono da problemática política em favor de um recorte sociológico em termos de corpos administrativos e instituições escolares, de modo a direcionar o interesse dos pesquisadores para grandes corpos administrativos, escolas superiores de formação de profissionais liberais e cargos burocráticos, para os intelectuais percebidos coletivamente como corporação. O tema das 'elites' atende, pois, ao crescente interesse dos historiadores pela abordagem de realidades sociais cuja diferenciação dificilmente poderia ser percebida por meio do estudo de grupos definidos segundo suas relações com o mundo da produção material.

Para Leferme-Falguières e Van Rotenghen (2000/2001), o conceito permite medir certo número de realidades sociais com a mobilidade ou integração em redes; estudar uma sociedade tal como ela se vê, ou tal como ela se sonha; compreender as

mentalidades, as representações simbólicas, constituindo um dos liames entre a história social e a história das mentalidades. Privilegiando cortes transversais que negligenciem as estratificações clássicas em níveis de fortuna, posição geográfica e *status*, a história das elites pode, segundo Charle (2006), trazer contribuições para o estudo da mobilidade social: cortes formais e internos à burguesia, como títulos acadêmicos e cargos no Estado, podem mostrar como esta se renova e reproduz e como se operam as passagens de uma fração a outra entre as gerações.

O problema central reside, entretanto, na aplicação do conceito, ou seja, em definir claramente as elites como objeto histórico. Leferme-Falguières e Van Rotenghen (2000/2001) afirmam que a noção só se torna aplicável para a história se não pressupor a existência de um grupo unitário e homogêneo, mas que fale de elites no plural, considerando hierarquias internas e oposições. Para Charle (2006), trata-se de proceder a um recorte vertical: definir onde as elites começam e terminam, critério fundamental para o caso de grupos menos rígidos, tais como intelectuais e profissionais liberais. Para Heinz (2006, p.8), até mesmo a imprecisão do termo poderia ser considerada 'instrumental', por permitir o desenvolvimento de pesquisas sobre “[...] grupos de indivíduos que ocupam posições-chave e que dispõem de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros [...]”, buscando a complexidade de suas relações internas e das relações com outros setores da sociedade.

Nessa perspectiva, os grupos seriam definidos por suas relações, pelas imagens que produzem uns dos outros ou ainda por sua capacidade de impor uma autoimagem a outros grupos e a seus membros. A condição de elite comporta, portanto, uma dimensão objetiva, ou seja, a ocupação de posições privilegiadas na organização societária, e uma dimensão subjetiva, o imaginário que corresponde a essas qualidades e potencialidades. Reportada a grupos relativamente pequenos, a definição exige o discernimento de sua natureza conforme as especificidades das propriedades e distinções, o poder de reconvertê-las para campos conexos, a ponderação de sua condição relativamente às diferentes formas de capital existentes e o grau de controle sobre sua própria reprodução (Cruzeiro, 1992). Privilegiam-se a construção das hierarquias e distâncias sociais, os conflitos e jogos de interesse entre os grupos e no interior de grupos aparentemente homogêneos. De acordo com Charle (1993, p. 53), ao se aproximar dos indivíduos e reduzir a escala de análise, o historiador pode mostrar que “[...] as palavras empregadas para designar os grupos, classificar os indivíduos, estabelecer hierarquias etc., não têm um valor em si, mas somente segundo o momento e o lugar em que foram empregadas”.

Na história da educação, o uso da categoria elite e das operações que configuram sua apreensão como objeto tanto do pensamento quanto da realidade social experimentada pelos sujeitos vem contribuir para a abordagem do pensamento e das ações e políticas educacionais como produtos coletivos,

elaborados e cultivados por grupos que se formam e articulam em função de determinadas circunstâncias e oportunidades, as quais não se explicam pela excepcionalidade de indivíduos 'adiante de seu tempo', tampouco à luz dos cálculos econômicos das classes sociais às quais pertencem. Os discursos que pronunciam e os símbolos que ostentam podem ser interpretados como expressões de trajetórias individuais no interior de campos específicos de atuação, que não se esgotam em uma gramática normativa, mas mantêm relação intensa e problemática com o mundo vivido, a lhes constranger a ação e o vocabulário, mas a lhes oferecer a margem de liberdade com que podem agir sobre as estruturas, modificando-as (Sahlins, 2008).

A ELITE MAÇÔNICA

Reproduzindo, em seu interior, uma visão de mundo hierárquica, a maçonaria ostenta a sua própria elite, que se estabelece e se torna legítima segundo critérios e valores intrínsecos, eventualmente distintos do conjunto de propriedades e capitais que comumente definem as posições de prestígio e mando no mundo social exterior. O grau de controle sobre sua própria reprodução é significativamente alto, dependendo de indicação, escrutínio e deliberação das lojas.

Amaçonaria brasileira possui vários ritos: Rito Escocês Antigo e Aceito, Rito de York, Rito de Schroeder, Rito Adonhiramita, Rito Brasileiro de Maçons, Antigos, Livres e Aceitos e o Rito Moderno. Segundo (Pacheco Jr., 1990), o Rito Escocês Antigo e Aceito, mais popular entre a população maçônica brasileira, compreende 33 graus, assim distribuídos: Graus Simbólicos – 1 a 3, Graus Inefáveis ou Oficinas de Perfeição – 4 ao 14, Graus Capitulares ou Oficinas Vermelhas – 15 ao 18, Graus Filosóficos ou Oficina de Kadosh – 19 ao 30, Graus Administrativos ou Consistórios – 31 e 32, Supremo Conselho – grau 33. A escalada hierárquica dos graus do Rito Escocês Antigo e Aceito é dividida aprioristicamente em dois grupos: o Simbolismo, que contempla os graus de Aprendiz, Companheiro e Mestre Maçom, administrados pelas Potências Simbólicas (Grandes Lojas ou Grandes Orientes), e os Altos Graus ou Graus Superiores, que, divididos em quatro grupos, compreendem os Graus de Perfeição ou Inefáveis (4 ao 14), os Graus Capitulares (15 ao 18), os Graus Filosóficos (19 ao 30) e os Graus Administrativos (31 a 33), que são administrados pelos Supremos Conselhos do Rito. Os Altos Graus são transmitidos pelas Oficinas ou Corpos Subordinados por iniciação e comunicação. Os Graus 4, 9, 14, 15, 18, 19, 22, 28, 30, 31 e 32 são transmitidos por iniciação nos Corpos Subordinados. O Grau 33 é transmitido pelos Supremos Conselhos; os demais, por comunicação nos Corpos Subordinados (Pacheco Jr., 1990). No 'campo maçônico', as posições mais elevadas

são ocupadas por indivíduos que alcançaram o grau 33, razão pela qual se admite este agrupamento como 'elite maçônica'⁴.

Para que um maçom atingisse o grau 33, exigia-se, além de considerável assiduidade e trajetória no campo maçônico, alto capital cultural, por ser esta ordem bastante ciosa de seu apego ao conhecimento (Pacheco Jr., 1990). A Constituição do Grande Oriente do Brasil estabelecia estas exigências para o recrutamento.

Art. 1 – A admissão de qualquer profano como Maçom, bem como a regularização de Maçom irregular, só se podem fazer por força de deliberação de uma loja justa, perfeita e regular, mediante escrutínio secreto em que tomam parte todos os presentes.

§ 1 – A Indicação não se pode fazer sem a verificação prévia da concorrência na pessoa do candidato dos seguintes requisitos:

- a) Estar civilmente emancipado;
- b) Possuir instrução que lhe permita compreender e aplicar o ideal da Instituição
- c) Não ter defeito físico ou moléstia que impeça o cumprimento dos deveres maçônicos;
- d) Ter bons costumes e reputação ilibada;
- e) Ter profissão que lhe assegure subsistência honesta, de modo a poder cumprir seus deveres para com a Ordem;
- f) Ter pelo menos seis meses de residência no Oriente da Loja (A Maçonaria no Estado de São Paulo, 1929, p. 27).

Entre os critérios destacam-se o estado de liberdade civil, a boa saúde, a reconhecida reputação e os bons costumes, além do alto capital cultural (instrução) e econômico (profissão de boa remuneração). A combinação dessas últimas garantiria não apenas a compreensão da filosofia maçônica, mas a manutenção dos custos de pertencer a uma classe social elitizada, que necessariamente incluía a benemerência, o auxílio mútuo e as contribuições pecuniárias regulares. Com relação ao capital cultural, os maçons de grau 33 selecionados apresentam o seguinte perfil:

4 Bernardino José de Campos Júnior, Manuel Ferraz de Campos Salles, Washington Luis Pereira de Sousa, Carlos de Campos, José Luiz Flaquer, Júlio Prestes de Albuquerque, Ernesto Goulart Penteado, Luiz Pereira de Campos Vergueiro, José Adriano Marrey Júnior, Alberto da Cunha Horta, Pedro Augusto Gomes Cardim, Antonio Zerrenner, José Vasconcellos de Almeida Prado, Lauro Sodré, Nilo Peçanha, Pedro de Toledo, Arthur da Graça Martins, Acácio Piedade, Antonio Baptista da Luz, Alexandre Gama, Hermes Rodrigues Fonseca, Octavio Kelly, Carlos Reis, Antonio de Souza Cunha, Luiz Soares Horta Barbosa, Martin Francisco de Andrada Júnior, Pedro Ernesto de Oliveira, José Eduardo de Macedo Soares, Antonio Giusti, Mario Marinho de Carvalho Behring, Antonio Maria Guerreiro, Cândido Nazianzeno Nogueira da Mota, Ubaldino do Amaral, Rangel Pestana, Vicente Saraiva de Carvalho Neiva, João Severiano da Fonseca Hermes, Ramon Roca Dordal, Luiz de Toledo Piza e Almeida.

Tabela 1 - Escolaridade

Escolaridade	Número	Percentual
Curso superior	34	89,5
Não identificada	4	10,5
Total	38	100,0

Fonte: Os autores.

Conforme tabela 1, os 34 maçons de que se obteve informação sobre a escolaridade apresentam formação em curso superior, indicando que na 'elite da maçonaria' estavam homens de alto capital cultural e que a escolaridade completa era critério e elemento de homogeneidade. Neste caso, o capital interno ao 'campo maçônico' correspondia ao perfil dos primeiros escalões do campo político brasileiro, advindo do império. Segundo Carvalho (2003), a educação superior era poderoso elo ideológico da elite no período imperial e, pelo que se observa, também da 'elite maçônica' no período republicano.

Tabela 2- Modalidades de curso superior

Curso superior	Número	Percentual
Direito	24	63,2
Militar	6	15,8
Engenharia	2	5,3
Medicina	1	2,6
Farmácia	1	2,6
Não identificado	4	10,5
Total	38	100,0

Fonte: Os autores.

A tabela 2 mostra que entre os 38 maçons, 24 (63,2%) formaram-se em direito e seis eram militares, havendo, ainda, dois engenheiros, um médico e um farmacêutico. A predominância de bacharéis em direito, seguidos de militares, coincide com o perfil que Amaral (2016) identifica na elite maçônica do Paraná tanto quanto com o perfil da elite maçônica francesa (Beaurepaire, 1998, 1999, 2002). Dentre os maçons que chegaram ao topo da hierarquia, grande parte atuava na cidade de São Paulo, local da Faculdade de Direito. A importância dessa instituição para a maçonaria paulista se verifica, inclusive, na composição da imagem de capa da revista *A Maçonaria no Estado de São Paulo*, que ostenta, no lado superior direito, o prédio das Arcadas em meio a um rico conjunto de alegorias e símbolos maçônicos. Para os redatores e para o ilustrador, a maçonaria e a Faculdade de Direito representavam lugares de poder e conhecimento, ocupados por pessoas letradas, seletas e ilustradas, portanto, o celeiro da 'elite maçônica'.

Tabela 3 - Ocupação

Ocupação	Número	Percentual
Advogado/promotor	24	63,2
Médico	1	2,6
Militar	5	13,2
Professor	4	10,5
Engenheiro	1	2,6
Empresário	3	7,9
Total	38	100,0

Fonte: Os autores.

Na tabela 3 o conjunto das ocupações do grupo indica a predominância das profissões liberais, notadamente a advocacia e o magistério, ou seja, de ocupações de natureza predominantemente técnica ou intelectual para as quais se requer preparo e treinamento superior e que, realizadas de forma autônoma, conferem a seus praticantes prestígio social ou intelectual, ou ambos (Coelho, 1999). Com relação à ocupação, verifica-se a predominância do campo jurídico: dos 38 membros, 24(63,2%) atuavam como advogados, promotores ou juizes, o que indica que os formados em direito efetivamente seguiram as profissões em que foram diplomados. Os dados obtidos são próximos aos percentuais dos estudos sobre a elite política paulista, descrita por Joseph Love (1982), e sobre as do Rio Grande do Sul, por Amaral (2005). Envolvidos com a educação como professores ou diretores identificam-se quatro indivíduos (10,5%); 12 atuaram também no jornalismo, como Ubaldino do Amaral, que defendeu pela imprensa propostas 'modernizadoras' para Sorocaba (Silva, 2010), e Rangel Pestana, que figurou com destaque em *A Província de S. Paulo/O Estado de S. Paulo* (Hilsdorf, 1986).

Tabela 4 - Cargo maçônico

Cargo	Número	Percentual
Grão-mestre do Brasil	6	15,8
Grão-mestre do Brasil adjunto	2	5,3
Grão-mestre estadual	12	31,6
Grão-mestre estadual adjunto	4	10,5
Veneráveis de lojas	10	26,3
Não identificado	4	10,5
Total	38	100,0

Fonte: Os autores.

A Tabela 4 foi elaborada em ordem decrescente dos postos mais altos da maçonaria. Verifica-se que seis deles (15,8%) chegaram à instância máxima do poder maçônico, o Grande Oriente do Brasil. No âmbito estadual, 12(31,6%) exerceram o cargo de grão-mestre do Estado de São Paulo e dez (26,3%) foram veneráveis de lojas maçônicas, sendo que muitos dos grão-mestres haviam sido

veneráveis em suas lojas. A par das posições dominantes alcançadas no campo maçônico, esses homens também obtiveram projeção no campo político.

Nome	Presidente da República	Presidente do Estado	Prefeito	Senador	Deputado	Vereador	Ministro
Bernardino José de Campos Jr		X		X			
Manuel F. de Campos Salles	X	X		X	X		
Washington Luiz P. de Souza	X	X	X	X	X	X	
Carlos de Campos		X		X	X		
Júlio Prestes de Albuquerque		X			X		
José Luiz Flaquer				X	X		
Ernesto Goulart Penteadado						X	
Luiz P. de Campos Vergueiro				X	X		
José Adriano Marrey Júnior				X	X	X	
Pedro Augusto Gomes Cardim					X	X	
José V. Almeida Prado				X	X		
Lauro Sodré				X	X		X
Nilo Peçanha	X			X	X		X
Pedro de Toledo					X		X
Acácio Piedade					X	X	
Hermes Rodrigues Fonseca	X			X			
Octávio Kelly					X	X	
Carlos Reis						X	
Martim Francisco de Andrada Jr				X	X		
Cândido Nogueira Mota				X	X	X	
Ubaldo do Amaral			X	X		X	
Rangel Pestana			X	X			
José Severiano da F. Hermes				X			
Luiz de Toledo Piza e Almeida			X	X			
Vicente Saraiva de C. Neiva							X

Quadro 1 - Cargos políticos (Os espaços em branco indicam ausência de informação).

Fonte: Os autores.

Conforme quadro 1, dos 38 biografados, 25 exerceram cargos políticos, reforçando a tese da forte ascendência da maçonaria sobre a política brasileira (Morel&Souza, 2008). Até 1932, ano do último número da revista pesquisado, quatro haviam chegado à presidência da República; 17, ao Senado, sendo cinco senadores federais e 12 estaduais; 16 foram deputados; nove foram vereadores; quatro foram prefeitos, cinco, presidentes do Estado de São Paulo e cinco, ministros. Apenas Carlos Reis e Ernesto Goulart Penteadado haviam exercido somente o cargo de vereador. Alguns tiveram longas trajetórias políticas em vários cargos, como

Washington Luiz, o mais atuante: vereador, deputado, senador, prefeito, presidente do Estado e presidente da República. Verifica-se propalada relação entre formação e diplomação em direito e ascendência à política, apontada por Canêdo (2002) como estratégia das famílias paulistas e mineiras para o controle de sua reprodução, como espaço de mobilização de capitais e aprofundamento dos laços de solidariedade. A formação acadêmica dos políticos paulistas e mineiros teria contribuído, pois, para sua homogeneidade profissional e cultural, ao desenvolver habilidades como o talento oratório, o hábito de falar em público e o domínio dos conhecimentos jurídicos, de vez que todo ato político se traduz por um texto legislativo.

Legislatura	Deputados
2ª (1892-1894)	Fernando Prestes de Albuquerque e Luiz de Toledo Piza e Almeida
3ª (1895-1897)	Carlos de Campos, Fernando Prestes de Albuquerque, Luiz de Toledo Piza e Almeida, Pedro de Toledo
4ª (1898-1900)	Cândido Mota, Luiz de Toledo Piza e Almeida, Antonio Francisco de Paula Souza
5ª (1901-1903)	Cândido Mota e Carlos de Campos
6ª (1904-1906)	José Luiz Flaquer, Carlos de Campos e Washington Luiz Pereira de Souza
7ª (1907-1909)	Carlos de Campos de Campos, José Luiz Flaquer, Cândido Mota, José de Vasconcellos Almeida Prado Júnior, Júlio Prestes Albuquerque
8ª (1910-1912)	Carlos de Campos, José Luiz Flaquer, Luiz Pereira de Campos Vergueiro, Júlio Prestes Albuquerque, Pedro de Toledo, Acácio Piedade, José de Vasconcellos Almeida Prado Júnior, Washington Luiz Pereira
9ª (1913-1915)	Carlos de Campos, Washington Luiz Pereira de Souza, Júlio Prestes de Albuquerque, Luiz Pereira de Campos Vergueiro, Acácio Piedade, José de Vasconcellos de Almeida Prado Júnior
10ª (1916-1918)	Júlio Prestes, Luiz Pereira de Campos Vergueiro, José de Vasconcelos Almeida Prado Júnior
11ª (1919-1921)	José Adriano Marrey Júnior, Júlio Prestes de Albuquerque, Luiz Pereira de Campos Vergueiro, José Vasconcellos de Almeida Prado Júnior
12ª (1922-1924)	José Adriano Marrey Júnior, Júlio Prestes, Luiz Pereira de Campos Vergueiro, José Vasconcellos de Almeida Prado
13ª (1925-1927)	José Adriano Marrey Júnior, Júlio Prestes, Luiz Pereira de Campos Vergueiro, José Vasconcellos de Almeida Prado ⁵ .

Quadro 2 - Legislatura.

Fonte: Os autores.

⁵ Outros maçons ocuparam o campo político. Na décima primeira e décima segunda legislatura aparece o nome de Rui de Paula Souza e, na décima terceira, o de Spencer Vampré, professor da Faculdade de Direito, iniciado na Loja Sete de Setembro, em 1920 (A Maçonaria no Estado de São Paulo, 1920). Rui de Paula Souza também era maçom (A Maçonaria no Centenário, 1922) e diretor da Escola Normal Caetano de Campos. Outros maçons aparecem como deputados, por exemplo, Armando Prado (A Maçonaria no Centenário, 1922).

Verifica-se, por esse quadro, a tendência de profissionalização dos maçons como deputados, em movimento similar ao que Perissinotto e Costa (2015) revelam a respeito dos senadores brasileiros entre os anos de 1918 a 1937, ambos seguindo a antiga relação entre profissionalização da política e bacharelismo liberal (Adorno, 1988). Como se constata pelo cruzamento de datas indicadas nos Quadros 2 e 3, metade dos 24 maçons da política chegou às instâncias de alto poder interno 'após' o ingresso no campo político; outra metade foi iniciada 'antes' de ingressar na política, indicando que o pertencimento foi um ativo relevante na reconversão ao campo político. A elite maçônica se fazia circular pelos dois campos, possivelmente iniciando membros da classe política e criando nela oportunidades para companheiros maçons, em estratégia de mão dupla cujo resultado era a ocupação de posições privilegiadas, as quais fortaleciam sua hegemonia nas esferas decisórias. Embora se afirmando apolítica, a maçonaria se organizou de forma estratégica, a fim de que sua rede de sociabilidade alavancasse seus agentes, logo, sua ideologia e interesses ao campo político.

Nomes	Início do período de formação	Período de iniciação/filiação à maçonaria	Período de participação política	Grão-mestrado nacional ou estadual
Bernardino José de Campos Jr.	1863	1869	1892	
Manuel F. de Campos Salles	1863	1869	1881	
Washington Luiz P. de Souza	1891	1894	1897	
Carlos de Campos	1883		1903	1891
Júlio Prestes de Albuquerque	1906		1907	
José Luiz Flaquer	1881	1870	1891	
Ernesto Goulart Penteadó				1914
Luiz P. de Campos Vergueiro	1904	1906	1910	1918
José Adriano Marrey Júnior	1902	1915	1915	1924
Pedro Augusto Gomes Cardim	1888			
José Vasconcellos Almeida Prado	1900		1907	1917
Lauro Sodré		1888	1890	1904
Nilo Peçanha	1887	1901	1894	1917
Pedro de Toledo	1884		1895	1908
Acácio Piedade			1912	1917
Hermes Rodrigues Fonseca			1910	

Octávio Kelly	1899	1905	1907	1927
Carlos Reis	1876	1883	1886	
Martin Francisco de Andrada Jr	1875		1884	1893
Cândido Nogueira Mota	1888	1875	1898	
Ubaldo do Amaral		1867	1891	
Rangel Pestana		1870	1884	1892
José S. da Fonseca Hermes				1926
Luiz de Toledo Piza e Almeida	1883	1870	1904	

Quadro 3 - Trajetórias acadêmica, maçônica e política (Os espaços em branco indicam ausência de informação).

Fonte: Os autores.

Além dos cargos políticos, ao menos cinco maçons de grau 33 exerceram funções burocráticas e administrativas de destaque: três foram comandantes da Força Pública, um foi diretor da Biblioteca Nacional, e um, Ramon Roca Dordal, atuou como inspetor da Instrução Pública. Dordal, professor normalista, redator da *Revista de Ensino da Associação Beneficente de São Paulo* e presidente, por muitos anos, daquela entidade (Catani, 1989), provavelmente apoiou como inspetor de ensino as iniciativas educacionais da Loja Sete de Setembro, promovidas pela maçonaria.

ESCOLAS DA LOJA MAÇÔNICA SETE DE SETEMBRO

A *Maçonaria no Estado de São Paulo* menciona a existência de várias escolas de iniciativa dos maçons: Grupo Escolar Sete de Setembro (A Maçonaria no Estado de São Paulo, 1919), Escola da Loja Lealdade e Firmeza (1918), Ginásio Independência (1925), Ginásio Anglo Latino (1924), atualmente Colégio Anglo; Escola Luiz Gama (1929).

Segundo a revista, a Loja Sete de Setembro foi a instituição maçônica que mais organizou escolas. Fundada em São Paulo em 1862, por iniciativa de Vicente Mamede de Freitas, Francisco Rangel Pestana, Manoel Ferraz de Campos Salles, Jorge Miranda, Francisco Quirino dos Santos, Luiz de Oliveira, Lins de Vasconcellos e Lupércio da Rocha Lima (A Maçonaria no Centenário, 1922), a loja iniciou seus empreendimentos em 1900, com um pequeno externato destinado a preparar alunos a escolas superiores. Segundo o diretor Nelson Teixeira, o externato foi remodelado e passou a se denominar Escola 'Eduardo Vautier', contando com a ajuda de Carlos Reis, Ramon Roca Dordal e João Chrisostomo, figuras conhecidas no campo educacional paulista. A escola, porém, logo foi fechada, por estar sob a direção de

“[...] um professor que não conseguiu corresponder ao limite da confiança de que era depositário” (Anuário de Ensino do Estado de São Paulo, 1917, p. 296).

Por volta da primeira década do século XX, várias escolas foram instaladas em bairros da capital (A Maçonaria no Centenário, 1922); em 1909, as escolas da Loja Sete de Setembro contavam com a supervisão educacional da professora Anália Franco, que prestou seu auxílio até 1913 (Boletim do Grande Oriente do Brasil, 1913). Os altos salários pagos à professora e a baixa frequência dos alunos parecem ter sido os principais motivos de sua saída (Anuário de Ensino do Estado de São Paulo, 1917).

Aproveito o ensejo para também comunicar que esta Loj.´. [sic] desde janeiro do corrente ano chamou para si a direção das suas escolas, até então confiadas a Exma. Sra. D. Anália Franco. A nova orientação que se imprimiu a essas escolas, que passaram por completa reforma, trouxe em consequência uma afluência de alunos tal que fomos forçados a novos sacrifícios, instalando maior número de aulas e reabrindo escolas que haviam sido fechadas por falta de frequência regular. Assim é que tivemos de abrir mais duas escolas além do número determinado. Para avaliar a proporção e o incremento das mesmas é bastante dizer que, no mês de janeiro a matrícula nas escolas registrava apenas a existência de 140 alunos, no entanto, hoje, de acordo com os mapas do mês de Julho, existem SETECENTAS CRIANÇAS (A Maçonaria no Estado de São Paulo, 1913, p. 126).

A partir de 1910, as escolas mantidas pela loja passaram a ser denominadas Escolas Sete de Setembro, tendo como diretor geral Nelson Teixeira (Anais Câmara Municipal de São Paulo, 1916). Eram sustentadas financeiramente pelas lojas, mas recebiam subvenção do poder público. Em 1913, um documento do diretor solicitava à Câmara Municipal de São Paulo um auxílio de 10:000\$000, uma vez que julgava insignificante a ajuda do poder público. Naquela ocasião, a subvenção financeira anual, dada pelo governo municipal, era de 3.000\$000, e a do estadual, de 7.000\$000, enquanto a loja destinava 12.979\$000 (A Maçonaria do Estado de São Paulo, 1913).

Vale ressaltar que, no campo político, Nelson Teixeira contava com o apoio dos políticos maçons Carlos de Campos, Washington Luiz Pereira de Souza, Júlio Prestes de Albuquerque, Luiz Pereira de Campos Vergueiro, Acácio Piedade, José de Vasconcellos de Almeida Prado Júnior, que exerciam seus mandatos na Câmara dos Deputados. Na Câmara Municipal, contava com o apoio dos maçons Ernesto Penteado e José Adriano Marrey Júnior, iniciado na maçonaria em 1915. A sociabilidade maçônica não evitou, todavia, que naquele ano o poder público estadual cortasse o subsídio às escolas, o que não havia acontecido com outras instituições, gerando contrariedade entre os maçons (A Maçonaria no Estado de São Paulo, 1915). Diante do impasse, as escolas tiveram de contar com o apoio

financeiro das lojas maçônicas Amizade, Comércio e Ciências, Lealdade e Firmeza, da iniciativa de Pedro Ernesto de Oliveira e de empresas como a Companhia de Seguros Paulista e Brasileira. Mais tarde, no âmbito municipal, o recém-iniciado José Adriano Marrey Júnior conseguiu reverter a decisão e aumentou os subsídios financeiros destinados às escolas (A Maçonaria no Estado de São Paulo, 1919).

As atas da Câmara Municipal têm transcrita a sessão em que Marrey elabora uma emenda ao projeto de lei que destinava auxílio financeiro às escolas da Loja Sete de Setembro. A Câmara aprovou 15:000\$000⁶. Em suas palavras, a Loja Sete de Setembro não tinha como arcar com os aluguéis dos prédios. Era preciso que a Câmara destinasse recursos para que as escolas continuassem a combater o analfabetismo e a formar crianças úteis ou, ao menos, para não se 'tornarem nocivas à sociedade'. Segundo Marrey, os métodos de ensino eram os mesmos utilizados pelas escolas públicas de São Paulo. Diante da fala, Luiz Fonseca faz o seguinte pronunciamento:

Muito bem. São em geral, criancinhas que nunca calçaram sapatos, paupérrimas, e que não poderiam frequentar as nossas escolas públicas porque não lhes seria permitida a frequência nessas condições (Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 1915, p. 312).

Marrey acentua:

São filhos de pais de outras nacionalidades. São filhos de operários. Crianças maltrapilhas que devido à miséria e à incúria dos pais viviam atiradas à via pública ou à promiscuidade dos cortiços, durante as horas de trabalhos dos seus progenitores. A Loja os coloca durante uma parte do dia sob os conselhos carinhosos de professoras dedicadas (Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 1915, p. 312).

O diretor acentuava que, desde 1913, oferecia-se instrução gratuita a crianças pobres e a filhos de operários, em cursos diurnos e noturnos em nove escolas, “[...] confortavelmente montadas, com material escolar, livros, modernos acessórios, professores habilitados, tendo 750 alunos matriculados” (Anais da Câmara

6 No ano seguinte, 1916, Sampaio Vianna fez oposição ao aumento que a Câmara Municipal de São Paulo havia aprovado, pedindo uma redução para 5:000\$000. Marrey fez severa oposição à postura de Vianna, lembrando que a Loja Sete de Setembro visava a instruir os pobres e torná-los cidadãos úteis à pátria. Em seu argumento, evoca que a Loja Sete de Setembro expandiu na organização de novas escolas, o que, para Vianna, teria sido um grande erro da instituição (Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 1916). Marrey propunha reduzir a verba destinada ao Liceu de Artes e Ofícios para atender às escolas Sete de Setembro. Vianna se opôs. Em 1926, o auxílio financeiro da Câmara Municipal de São Paulo às Escolas Sete de Setembro foi de 30:000\$000 (Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 1926).

Municipal de São Paulo, 1913, p. 1). O diretor esclarecia a finalidade das escolas e revelava possuir uma visão bem definida das classes sociais a que pretendia atender.

Perante essa Câmara, respeitável por si só, como o mais alto poder legislativo Municipal e que conta em seu seio os mais ilustres cidadãos deste nosso amado Estado, espíritos altamente iluminados pelo saber e guiados pela razão clara, não precisa a Loja 'SETE de SETEMBRO' encarecer e valorizar a obra que vem levantando com esforços e sacrifícios, sem visar outro objetivo que concorrer com o trabalho para auxiliar a grandeza legítima do povo que precisa saber ser útil e ser bom. Abrir escolas é fechar os cárceres; portanto, procuremos tornar em verdade esse preceito. São Paulo, cumulado pela natureza de tão prodigiosos elementos de vitalidade, este Estado, que sempre caminha na vanguarda da Federação pelo seu admirável adiantamento e progresso, precisa também preparar os seus filhos e os filhos dos operários estrangeiros que agasalha em troca de seu labor pelo bem comum, para essa cruzada magnífica do trabalho inteligente, facilitando a instrução à todas as classes e abrindo destarte guerra ao analfabetismo, - criando o industrial para ter indústria, - o lavrador para ter lavoura, - o artista para ter arte. Não bastam os institutos superiores de ensino; antes digamos mesmo [que] eles avultam em demasia em confronto com a pequena cifra da nossa população (Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 1913, p. 3, grifo do autor).

Com o lema próprio da sua formação militar, o diretor declarou guerra ao analfabetismo. No relatório apresentado para Oscar Thompson, diretor geral da instrução pública paulista, Nelson Teixeira acentua que 80% dos alunos eram analfabetos (Anuário de Ensino do Estado de São Paulo, 1917, p. 301). Para a elite maçônica, de capital cultural elevado e legitimado em instituições superiores como a Faculdade de Direito de São Paulo, eram distintos os lugares de formação das elites, já suficientemente numerosos para o público que lhes era destinado, e da instrução dos pobres para o trabalho e seus valores. A educação ofertada pela Loja Sete de Setembro visava a combater o analfabetismo, porém reforçava a distinção entre as classes e a manutenção das relações de subordinação, uma vez que a educação atingiria de modos diferentes cada grupo social.

Em 1913, houve uma festa de encerramento das atividades das Escolas Sete de Setembro, no Parque Antártica, com a presença de 800 crianças. A festividade teve início ao meio-dia e contou com a participação do Batalhão Infantil 'Sete de Setembro', composto por 350 alunos. As manobras e exercícios militares foram dirigidos pelo sargento Aureliano dos Santos, da 10ª Região Militar. Houve premiação para as crianças, como medalhas e brinquedos, e ao final foi servida uma merenda (A Maçonaria no Estado de São Paulo, 1913). A respeito da premiação, a partir de 1917, o Grande Oriente do Brasil a adotou como forma de distinção social entre os alunos, destacando a iniciativa de criação e manutenção de escolas pelas lojas como 'boa ação'.

Continua tendo apreciável desenvolvimento a ideia dos prêmios escolares. No Poder Central mais uma oficina, a Benemerita 'Urias', resolveu instituir uma medalha de ouro, como prêmio para o aluno mais distinto da escola municipal que for oportunamente escolhida. Em Niterói a ideia foi, sem exceção, bem aceita. Todas as oficinas que ali trabalham já estão estudando a matéria, e uma delas já resolveu definitivamente o assunto. À [sic] respeito, damos a palavra ao 'O Fluminense', conceituado diário que se publica naquele oriente, que, sob o título 'A Maçonaria e a instrução popular' assim se exprime: Não há dúvida que um largo e generoso movimento está iniciado na Maçonaria Brasileira no sentido de a interessar mais profundamente no grande problema nacional da instrução e educação do povo. Em diversos Estados da União, principalmente São Paulo, ela já está praticando essa boa ação: várias Lojas fundaram e mantêm escolas gratuitas, diurnas e noturnas, para crianças e para adultos. Só a Loja 'Sete de Setembro' da capital daquele Estado sustenta nove dessas escolas. Como nem todas as Lojas estão preparadas economicamente para essa manifestação de atividade social, pensou-se na Ordem em fazer uma larga distribuição de prêmios escolares, consistindo em medalhas de ouro e de prata, aos alunos mais distintos das escolas públicas. Na capital do país já três Lojas adotaram esse alvitre, que no Estado da Bahia teve entusiástica aceitação por parte de grande número de Lojas. Aqui em Niterói todas as Lojas já estão estudando o assunto, e uma delas, a 'Liberdade, Igualdade e Fraternidade', já deliberou definitivamente sobre a matéria, criando seis prêmios anuais, duas medalhas de ouro e quatro de prata, que por intermédio do Grande Oriente do Brasil vão ser oferecidas ao governo do Estado para lhes dar a conveniente aplicação na ocasião oportuna, quando se encerrarem os trabalhos escolares (Boletim do Grande Oriente do Brasil, 1917, p.257-258, grifo do autor).

A inauguração do 3º Grupo Escolar Sete de Setembro, em 1915, contou com várias autoridades maçônicas e com a presença, além de outras figuras da elite paulista, como Ernesto Goulart Penteado, representante da Câmara Municipal de São Paulo, do maçom Ramon Roca Dordal, inspetor escolar, que discursou em nome de João Chrisostomo dos Reis Júnior, diretor da instrução pública. Dordal, que atuou como venerável mestre numa das mais antigas lojas de São Paulo, a Piratininga (A Maçonaria no Estado de São Paulo, 1915, p. 144; 1919, p. 2-3), elogiou a Loja Sete de Setembro por construir mais um 'templo de instrução', "[...] tão necessário para a grandeza e progresso do país". É possível inferir que Dordal tenha dado suporte à organização e expansão das escolas maçônicas, pois desde 1900 viu-se envolvido em iniciativas educacionais maçônicas, além do fato de sua loja ter ajudado financeiramente as escolas organizadas pela maçonaria (A Maçonaria no Estado de São Paulo, 1916).

Além disso, como inspetor da instrução pública paulista, Ramon Dordal fazia parte da elite de professores da Escola Normal Caetano de Campos, que ganhou projeção política e administrativa nos anos iniciais da Primeira República. Foi um

dos convidados por Julio de Mesquita a participar do Inquérito da Instrução em 1914, juntamente com os membros da Associação Beneficente do Professorado Público Paulista, que participavam intensamente de sua diretoria e da redação da *Revista de Ensino* (Bontempi Jr., 2011). Alguns deles, além da sociabilidade do trabalho em repartições públicas, estreitavam seus relacionamentos na maçonaria, como Dordal, João Chrisóstomo e Ruy de Paula Souza.

Em janeiro de 1916, as escolas tinham 725 alunos matriculados, número menor com relação aos idos de 1913. Conforme o diretor Nelson Teixeira, a Loja Sete de Setembro sustentava as seguintes escolas: 1º Grupo Escolar – rua do Gasômetro, nº 187; 2º Grupo Escolar – rua Vicente Carvalho, nº 15; 3º Grupo Escolar – avenida Celso Garcia, nº 131 e 4º Grupo Escolar, situado na rua Santo Antonio, nº 152. As escolas mistas (diurnas e noturnas) eram seis e estavam localizadas nos seguintes endereços: 1ª Escola mista diurna e noturna – rua Bueno Andrade, nº 71; 2ª Escola mista – rua Mooca, nº 330; 3ª Escola mista – rua Toledo Barbosa, nº 115, 4ª Escola mista – rua Graça, nº 89; 5ª Escola mista – travessa São Paulo, nº 40 e 6ª Escola mista – rua Mamoré, - nº 53 (Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 1916).

Em março de 1916, as escolas atingiram o número de 1.090 alunos matriculados. Para os redatores, isso era fruto do trabalho do diretor Nelson Teixeira (*A Maçonaria no Estado de São Paulo*, 1916). Organizou-se uma festa, intitulada 'Festa do Mil', para celebrar o progresso alcançado, evento acontecido no Grupo Escolar da rua do Gasômetro e organizado por Nelson Teixeira e por Pedro Ernesto de Oliveira, venerável da Loja Comércio e Ciências. Contou com a presença de autoridades maçônicas, famílias distintas e autoridades políticas. Segundo o redator, a festividade foi noticiada em *O Estado de S. Paulo*. O referido jornal teceu elogio às iniciativas educacionais da Loja Sete de Setembro, felicitando-a por educar as crianças pobres (*A Maçonaria no Estado de São Paulo*, 1916), o que dava ainda mais visibilidade e prestígio às ações da elite maçônica perante o leitor elitizado desse noticioso de ampla circulação.

Em outra festividade, ocorrida em 12 de outubro, os redatores afirmam terem comparecido mais de 10mil pessoas. Vários maçons se fizeram presentes, tendo assistido ao desfile do alunado. Duas fotos publicadas na edição de outubro de 1916 registraram o evento, mostrando o encontro de dois 'mundos bem distintos' e destacando a ação benemerita e desinteressada da criação e manutenção de escolas:

Na visita geral empreendida em todas as escolas pudemos ainda notar que muitas crianças, apesar de ser um dia de festa para elas, estavam mais do que pobremente vestidas, achando-se algumas descalças e outras de chinelos. Atestando a pobreza do grande número de crianças que se acolhem nessas escolas, elevamos com louvores a obra firme e sacrossanta da benemerita Loj.´. [sic] Sete de Setembro que, sem esmorecimentos e interesse de espécie alguma, vai cumprindo resolutamente o verdadeiro programa da maçonaria

que trará mais tarde a sua grandeza de outros tempos (A Maçonaria no Estado de São Paulo, 1916, p. 183).

As crianças eram levadas a participar da cerimônia de posse da diretoria da Loja Maçônica Guilherme Marconi, cujo venerável era justamente Nelson Teixeira (A Maçonaria no Estado de São Paulo, 1919). Segundo a programação, alunos cantaram e recitaram poemas. Após o cerimonial, foi oferecido um jantar no Restaurante São Paulo⁷ para 70 pessoas, mas dele não participaram os alunos (A Maçonaria no Estado de São Paulo, 1919). Na prática de distinção social dos maçons, os pobres comparecem a seus espaços de sociabilidade, mas não participam dos 'suntuosos banquetes'. Diante da elite, apresentam músicas e poemas que soam bem ao gosto da elite cultural. A benemerência maçônica criava escolas e ofertava instrução e assistência aos pobres, para que aprendessem os códigos da língua escrita, os valores do trabalho e do patriotismo e tivessem uma profissão para ganhar a vida e se tornarem bons cidadãos. A vasta publicidade de sua ação e as galantes efemérides indicam ser ela, também, uma forma de acumular capital no jogo interno de ascensão dos iniciados, interessados em galgar posições de prestígio e comando na própria irmandade.

Com relação aos professores, Nelson Teixeira mantinha rígido controle, sempre à sombra ameaçadora da demissão, no que, salientava, diferia do serviço público. Oferecia, além do salário, casa e material didático e atribuía a isso o sucesso das escolas, como se lê no relatório de Oscar Thompson, diretor geral da instrução pública.

A Loja Maçônica, '7 de Setembro' mantém, nesta Capital, sob a direção do sr. Nelson Teixeira 5 Grupos Escolares e 20 escolas isoladas, calcadas nos nossos programas e nos nossos regulamentos. Essas escolas estão repletas de alunos. Onde quer que as abra, logo se lhes preenche a lotação. No entanto, a referida Loja fornece casa e material didático ao professor e lhe paga apenas 2\$000 mensais por aluno frequente. Esses professores não ganham, por mês, mais de 100\$000; as suas salas de aulas não são superiores às de nossas escolas isoladas e o material didático usado, as mais das vezes, é fornecido pelo Estado. Indagando do sr. Nelson Teixeira as causas do êxito dos seus institutos de ensino, respondeu-nos ele, a sorrir, que seus professores não são vitalícios; que a fiscalização das escolas é uma realidade, e que, diariamente, os fiscais dessas escolas levam ao seu conhecimento as ausências dos professores e a suspensão de aulas, o que combina perfeitamente com as comunicações que os próprios professores lhe trazem. Quando os professores

7 Pertencia ao maçom Amadeu Bucciarelli e estava localizado na Rua Boa Vista. Segundo o anúncio na revista, o restaurante oferecia os mais variados pratos da cozinha italiana. Dizia ser um lugar irrepreensível para a realização de banquetes, por ser espaçoso e luxuoso, com excelentes vinhos (A Maçonaria no Estado de São Paulo, 1919).

não ensinam bem, vão praticar nos Grupos Escolares, e, se apesar disso, continuam a ensinar mal, são despedidos, assim como também o são quando pecam pela falta de assiduidade à escola (Anuário de Ensino do Estado de São Paulo, 1917, p. 267, grifo do autor).

Em 1918, as Escolas Sete de Setembro eram 20, sendo cinco em caráter de grupo escolar, oito escolas mistas reunidas e sete escolas mistas isoladas. “Nessas escolas funcionavam ao todo 45 aulas diurnas e 22 aulas noturnas, frequentadas por mais de 2000 alunos” (A Maçonaria no Estado de São Paulo, 1918, p. 11-12). O redator informa, ainda, que as escolas haviam recebido doações de comerciantes, lojas maçônicas e maçons individuais, totalizando 1.017\$500. Solicita que no planejamento anual das receitas as lojas contemplem um valor destinado às Escolas Sete de Setembro, a exemplo da Loja Piratininga, de que fazia parte Dordal (A Maçonaria no Estado de São Paulo, 1918, p. 12). Os redatores reforçam que as escolas maçônicas haviam sido criadas para os operários, destacando que por elas se concretizava a melhor propaganda dos princípios dessa sociedade.

A maior expansão maçônica e a mais edificante propaganda dos nossos princípios, inegavelmente, estão nas escolas que ela mantém em todos os bairros operários da nossa capital, difundindo a instrução a 2.300 crianças que são o futuro da nossa pátria. O maior benefício que se pode prestar a uma população está justamente no preparo dos seus futuros dirigentes, preparando-lhes a consciência e os costumes. As crianças não se deve incutir a fantasia prejudicial de preconceitos que não se coadunam com a evolução da ciência hodierna. Estamos num século de luz e progresso. O programa que a GranBen.´. Loj.´. [sic] 'Sete de Setembro' fielmente vem cumprindo é o mesmo adotado nas escolas oficiais do Estado. A Ben.´. Loj.´. [sic] 'Sete de Setembro' começou modestamente a sua tarefa e hoje em dia conta nesta capital trinta escolas, cuja matrícula é muito disputada. Obra tão humanitária não pode deixar de elevar o nome prestigiado dessa veterana e tradicional Off.´. [sic] maçônica (A Maçonaria no Estado de São Paulo, 1918, p. 86, grifo do autor).

Na edição de setembro de 1918, menciona-se a entrega do Pavilhão Nacional ao batalhão infantil das escolas mantidas pela Loja Sete de Setembro, realizado no Largo da Sé. O evento foi noticiado em vários jornais da capital, enfatizando sua importância. Nessa ocasião, Washington Luiz, prefeito de São Paulo, acentuou que

A Municipalidade de São Paulo aceitou, pressurosa, a honra que lhe foi confiada de proceder a entrega da bandeira ao batalhão das Escolas 7 de Setembro. A edilidade paulista acompanha com interesse a instrução ministrada pelas escolas Sete de Setembro, e sabia que ali, ao lado dos bons cidadãos, mas que pela comemoração a que se procedia, a Municipalidade

sabe que, ao lado dos bons cidadãos, também se preparam bons soldados (A Maçonaria no Estado de São Paulo, 1918, p. 132).

O *Correio Paulistano* (1920, p. 3) afirma que, em 1920, a Loja Sete de Setembro tinha 37 escolas organizadas, com 3.500 alunos, o que pode ser confirmado na edição da revista (A Maçonaria no Estado de São Paulo, 1920). Nessa ocasião, a loja organizou uma passeata em homenagem ao maçom Washington Luiz, por sua posse como presidente do Estado. Na edição que circulou em 05 de maio de 1920, o jornal publicou uma foto dos alunos da Escola Sete de Setembro, em número expressivo, defronte ao Palácio do Governo.

Além de seu crescimento numérico, as Escolas Sete de Setembro espalharam-se em outras cidades, com uma proposta educacional voltada a atender a filhos de maçons. Em abril de 1920, foi organizado o Instituto Sete de Setembro, em Mogi das Cruzes, para alunos de ambos os sexos, que funcionava como internato e externato (A Maçonaria no Estado de São Paulo, 1920). Segundo os redatores, o prédio localizado na rua coronel Franco estava de acordo com as exigências legais e possuía boas acomodações. Algumas vagas gratuitas foram destinadas ao poder público de Mogi das Cruzes. Nesse mesmo período, a Loja Sete de Setembro lançava a pedra fundamental de mais uma escola na Vila Éden, na zona norte da capital, entre os bairros Carandiru e Tucuruvi. Dizia ter matriculados 3.620 alunos, sendo que 1.971 eram filhos de operários. Segundo a análise dos redatores, a maçonaria estava em pleno desenvolvimento das suas atividades. “Fundam-se Lojas, erguem-se templos, abrem-se escolas, iniciam-se profanos e tratam-se de todos os assuntos sociais” (A Maçonaria no Estado de São Paulo, 1920, p. 119-120). No ano de 1922, a Loja Sete de Setembro alcançou o número de 100 escolas primárias, com 229 classes e 8.000 mil alunos. O redator elogia os dirigentes das escolas pela iniciativa de oferecer educação profissional a homens e mulheres (A Maçonaria no Estado de São Paulo, 1922).

Na edição de julho de 1923, um artigo de primeira página, intitulado A ação da maçonaria – Ginásio Maçônico, chama atenção do leitor para a bandeira que os maçons levantavam naquela ocasião, ou seja, a criação de um ginásio destinado exclusivamente aos filhos de maçons (A Maçonaria no Estado de São Paulo, 1923). Os redatores reforçam que o ginásio configurava um projeto sonhado e idealizado, que seria sustentado pelo Grande Oriente Paulista e por maçons qualificados. O articulista solicitava aos leitores que se envolvessem no projeto, a fim de que o Grande Oriente de São Paulo tornasse sua construção uma realidade. Na mesma edição, destaca-se uma grande quantia em dinheiro que, obtida pelo maçom Pedro Ernesto em um leilão, foi em parte destinada às escolas da Loja Sete de Setembro, em memória do maçom Caetano Nacarato, um de seus organizadores. A partir de então, as notas sobre as escolas Sete de Setembro desaparecem das páginas da revista. Em 1927, há uma breve informação:

A maçonaria visando a verdade que só nos vem da ciência, não descarta da instrução e assim vai distribuindo, à medida de suas possibilidades, escolas, onde as crianças encontram instrução necessária a facilitar a luta pela vida e onde se lhes ensinam a moral superior da maçonaria inculcando-lhes nos espíritos embrionários a noção de igualdade, fraternidade, caridade e verdade. Tal é o que se ensina nas escolas fundadas e mantidas pela Loja Sete de Setembro, em São Paulo, no 'Instituto' que mantém em Mogi das Cruzes, estabelecimentos estes cuja frequência total atinge a soma magnífica de cinco mil alunos (A Maçonaria no Estado de São Paulo, 1927, p. 170, grifo do autor).

Apesar de, ao final da década, a revista não dar igual ênfase às escolas mantidas pela Loja Sete de Setembro, sabe-se que ela ainda mantinha suas atividades. Nas atas da Câmara Municipal de São Paulo, de 1929, informa-se que essas escolas recebiam o valor de 42:000\$000 e, para as atividades assistenciais (dentária), 6:000\$000.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No campo maçônico, os agentes sociais que ocupam os lugares privilegiados são os de graus mais elevados, havendo forte homologia entre as propriedades de elite maçônica e a elite cultural e política paulista, uma vez verificado que os maçons de mais alto grau tiveram expressiva projeção social e política em sua época. O grupo se torna homogêneo por sua formação comum na Faculdade de Direito (provavelmente, local de sociabilidade primária e adesão), assim como por sua profissionalização política. Afinal, o estudo aponta que mais de 60% dos maçons que ingressaram no campo político anteriormente haviam ingressado no campo maçônico.

Quanto à educação, a maçonaria se preocupou principalmente em oferecer instrução elementar às camadas sociais desfavorecidas. Em meio a essas iniciativas, outros projetos educacionais, voltados aos filhos dos maçons, foram pensados, mas não executados. De todo modo, a expectativa que nutriam de criar ginásios (escolas secundárias) para seus filhos indica o encaminhamento da formação intelectual da prole para o mesmo destino dos pais, que haviam frequentado espaços educativos privilegiados, como a Faculdade de Direito de São Paulo. A elite maçônica via a pobreza e o analfabetismo como elementos a serem combatidos, a fim de que o Brasil experimentasse o progresso social, econômico e cultural, posição que sustentava seus esforços na criação de escolas, notadamente, para os mais necessitados. Utilizando-se de boas relações no campo político, conseguiu, também, importantes apoios logísticos e financeiros do poder público e de particulares em suas iniciativas. A insistente preocupação com a publicidade de sua benemerência, revelada pela revista, indica que a disposição dos maçons em educar os desfavorecidos era, além disso, um meio de propagar sua distinção social e acumular capital no interior no 'campo maçônico'.

REFERÊNCIAS - FONTES

Anais da Câmara Municipal de São Paulo. (1913).

Anais da Câmara Municipal de São Paulo. (1915).

Anais Câmara Municipal de São Paulo. (1916).

Anais da Câmara Municipal de São Paulo. (1926).

Anuário de Ensino do Estado de São Paulo. (1917). Publicação organizada pela diretoria de Instrução Pública, por ordem do Governo do Estado (Vol. 1). São Paulo, SP: Tipografia Augusto Siqueira.

Boletim do Grande Oriente do Brasil. (1913). Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, (9).38º ano de publicação.

Boletim do Grande Oriente do Brasil. (1917). Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira. 42º ano de publicação.

Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930. (2014). Rio de Janeiro, RJ: Finep.

Jornal Correio Paulistano. (1920).

Livro do Senado de São Paulo. (1891-1930).

A Maçonaria do Estado de São Paulo. (1913).

A Maçonaria no Estado de São Paulo. (1915).

A Maçonaria no Estado de São Paulo. (1916).

A Maçonaria no Estado de São Paulo. (1918).

A Maçonaria no Estado de São Paulo. (1919).

A Maçonaria no Estado de São Paulo. (1920).

A Maçonaria no Estado de São Paulo. (1920).

A Maçonaria no Estado de São Paulo. (1923).

A Maçonaria no Estado de São Paulo. (1924).

A Maçonaria no Estado de São Paulo. (1925).

A Maçonaria no Estado de São Paulo. (1927).

A Maçonaria no Estado de São Paulo. (1928).

A Maçonaria no Estado de São Paulo. (1929).

A maçonaria no centenário. (1922). São Paulo, SP.

BIBLIOGRAFIA

Adorno, S. A. (1988). A profissionalização da política e o bacharelismo liberal. In: *Aprendizes do poder: o bacharelismo liberal e na política brasileira* (p. 157-234). Rio de Janeiro, RJ: Paz & Terra.

Amaral, T. V. P. (2016). *O compasso, o esquadro e a ordem discreta: perfil sociológico dos grão-mestres da maçonaria paraense* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Amaral, S. M. (2005). *O teatro do poder: as elites políticas no Rio Grande do Sul na vigência do Estado Novo* (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica, Rio Grande do Sul.

Barata, A. M. (1999). *Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870 – 1910)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

Bastos, M. H. C. (2002). Espelho de papel: a imprensa e a história da educação. In J. C. S. Araújo & D. Gatti Jr. (Org.), *Novos temas em história da educação brasileira* (p. 151-174). Campinas, SP: Autores Associados.

Beaurepaire, P.-Y. (2002). *Nobles Jeux de l'Arc et Loges Maçonniques dans la France de Lumières*. Paris, FR: Editions Ivoire-Clare.

Beaurepaire, P.-Y. (1999). *La République universelle des francs-maçons de Newton à Metternich*. Rennes, FR: Ouest-France.

Beaurepaire, P.-Y. (1998). *Franc-maçonnerie et cosmopolitisme au siècle des lumières*. Paris, FR: EDIMF.

Bourdieu, P. (2007). *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo, SP: Edusp.

Bourdieu, P. (1992). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, SP: Perspectiva.

Bontempi Jr., B. (2011). Os expertos e o jornalista na formação da opinião pública sobre educação: o caso do inquérito de 1914. In J. L. Leite & C. Alves (Orgs.), *Intelectuais e história da educação no Brasil: poder, cultura e políticas* (p. 141-162). Vitória, ES: Edufes.

Canêdo, L. B. (2002). Héritage en politique, ou comment acquérir les dispositions et compétences nécessaires aux fonctions de représentation politique (1945-1964). *Cahiers du Brésil Contemporain*, 47/48, 71-119.

Carvalho, J. M. (2003). *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

Charle, C. (2006). Como anda a história social das elites e da burguesia: tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. In F. M. Heinz (Org.), *Por outra história das elites* (p. 19-39) São Paulo, SP: FGV.

Charle, C. (1993). Micro-histoire social et macro-histoiresociale: quelques réflexions sur les effets des changements de méthode depuis quinze ans en histoire sociale. In C. Charle (Org.), *Histoire sociale, histoire globale ? Actes du colloque des 27-28 janvier 1989* (p. 45-53). Paris, FR: Fondation de la Maison des sciences de l'homme.

Catani, D. B. (1989). *Educadores à meia luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do professorado público de São Paulo (1902-1918)* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.

Colussi, E. L. (1999). *Plantando ramos de Acácia: a maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX* (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica, Rio Grande do Sul.

Coelho, E. C. (1999). *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)*. Rio de Janeiro, RJ: Record.

Cruzeiro, M. E. (1992). Os professores da Universidade de Coimbra na segunda metade do século XIX. *Análise Social*, 27(116-117), 529-537.

Esquivel, R. M. (2016). Prosopografía y redes sociales: notas metodológicas sobre el estudio de la masonería en Costa Rica. *REHMAL*, 7(2).

Fraga, A. S. (2013). O estudo e sua materialidade: revista das alunas-mestras da escola complementar/normal de Porto Alegre/RS (1922-1931). *História da Educação*, 17(40), 69-97

Gunn, S. (1999). The middle class, modernity and the provincial city. In: A. J. Kidd & D. N. *Gender, Civic, culture and consumerism: middle-class identity in Britain 1800-1940* (p. 112-127). Manchester, NY: Manchester University Press.

Heinz, F. M. (2006). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV.

Hilsdorf, M. L. S. (1986). *Francisco Rangel Pestana: jornalista, político, educador*. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.

Leferme-Falguières, F., & Van Renterghem, V. (2000/20011). Le concept d'élites. *Approches historiographiques et méthodologiques. Hypotheses*, 55-67.

Love, J. L. (1982). *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

Magalhães, F. S. (2013). *Maçonaria e educação (1889-1930): contribuições para o ideário republicano* (Tese de doutorado). Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Martins, A. L. (2008). *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo.

Mills, C. W. (1956). *The power elite*. New York, NY: Oxford University Press.

Mosca, G. (1975). *História das doutrinas políticas desde a antiguidade*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.

Moraes, C. S. V. (1990). *O ideário republicano e a educação: o colégio "Culto Ciência" de Campinas: uma contribuição para a história das instituições* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.

Morel, M., & Souza, F. J. O. (2008). *O poder da maçonaria. A história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 259p

Nicoloso, F. R. (2013). *Fazer-se elite em Santa Maria – RS: os imigrantes alemães entre estratégias políticas e sociais – 1830/1931* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

Pacheco Jr., W. (1990). *Entre o compasso e o esquadro*. Londrina, PR: A Trolha. 212p.

Pareto, V. (1996). *Manual de economia política*. São Paulo, SP: Nova Cultural.

Perissinotto, R., & Costa, L. D. (2015). Regime político oligárquico e profissionalização política: o caso da Primeira República (1889-1930). In *2ª Reunión Internacional sobre Formación de las Elites: enfoques y avances de investigación en el estudio relacional de las desigualdades*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, AR.

Sahlins, M. (2008). *Metáforas históricas e realidades míticas: estrutura nos primórdios da história do reino das ilhas Sandwich*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.

Silva, I. B. (2010). *A cidade, a igreja e a escola: relações de poder entre maçons e presbiterianos em Sorocaba na segunda metade do século XIX* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.

Souza, R. F. (1998). *Templos de civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo*. São Paulo, SP: Unesp.

Urban, H. B. (2001). The adornment of silence: secrecy and symbolic power in American Freemasonry. *Journal of Religion and Society*, 3.

IVANILSON BEZERRA DA SILVA é pedagogo pela Universidade de Sorocaba. Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo e Diretor Geral de Faculdade de Sorocaba e São Roque (Grupo Universidade Brasil).

E-mail:

ivanilson.silva@universidadebrasil.edu.br
<https://orcid.org/0000-0003-4269-0743>

BRUNO BONTEMPI JÚNIOR é historiador, doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com pós-doutorado no Programa de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Orientador do Programa de Pós-Graduação em Educação da USP, bolsista produtividade CNPq e líder do Grupo de Pesquisa Intelectuais da educação brasileira: formação, ideias e ações.

E-mail: bontempi@usp.br

<https://orcid.org/0000-0002-8524-2652>

Recebido em: 24.05.2018

Aprovado em: 15.09.2018

Como citar este artigo: Silva, I. B.; Bontempi Júnior, B. (2018). Elite maçônica e as escolas da Loja Sete de Setembro na revista *A Maçonaria no Estado de São Paulo* (1912-1932). *Revista Brasileira de História da Educação*, 18. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v18.2018.e039>

Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).